

**PRÁTICAS DA IFRS 6 - EXPLORATION FOR AND EVALUATION OF MINERAL RESOURCES
EM UMA EMPRESA PETROLÍFERA ANGOLANA**

IDIANETE PAULA SEQUE

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ANDRÉIA CITTADIN

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

PRÁTICAS DA IFRS 6 - EXPLORATION FOR AND EVALUATION OF MINERAL RESOURCES EM UMA EMPRESA PETROLÍFERA ANGOLANA

1 INTRODUÇÃO

A palavra petróleo provém do latim *petra* (pedra) e *oleum* (óleo), com o sentido literal de um “óleo que nasce da pedra” (LARCO, 2017). Segundo Santos, Silva e Sancovschi (2006), a atividade petrolífera é, por natureza uma atividade econômica de capital intensivo, na qual muitos recursos são alocados em pesquisa e desenvolvimento, dada a exigência de tecnologias e equipamentos sofisticados, para a descoberta de novas jazidas, extração e refino de petróleo. O petróleo se configura como um dos principais recursos naturais que Angola possui no seu subsolo. Para o país, no aspecto econômico o petróleo representa uma das principais fontes de renda. Segundo o Ministério de Finanças de Angola (MINFIN), as receitas provenientes do petróleo representam umas das principais fontes de recursos econômicos no orçamento geral do Estado (MINFIN, 2017). Na atualidade, Angola é o maior produtor de petróleo no continente africano, com uma produção de 1,65 mil barris por dia (JORNAL DE ANGOLA, 2017).

As práticas de contabilidade para esse tipo de atividade econômica, possuem particularidades relacionadas principalmente à contabilização das atividades de exploração e produção de petróleo. Tais práticas contábeis específicas aumentam a diversidade de abordagens contábeis para atender diferentes tipos de entidades (SANTOS; SILVA; SANCOVSCHI, 2006). Nesse contexto, os investidores têm demandados por informações contábeis harmonizadas com às normas internacionais de contabilidade para compreender a situação patrimonial e financeira das organizações. No cenário internacional, Angola se destaca no setor petrolífero e apresenta um ambiente econômico em pleno desenvolvimento. Por isso, tem sido alvo de investimentos por investidores nacionais e internacionais, interessados no crescimento da economia local que, conseqüentemente, necessitam de informações contábeis das empresas angolanas.

Em Angola, o movimento de harmonização das práticas contábeis nacionais às internacionais foi impulsionado a partir de 2016, com destaque para o setor bancário que adotou as normas internacionais na prática contábil para o setor bancário. Até este momento, apenas este setor é obrigado a publicar os relatórios contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade (BANCO NACIONAL DE ANGOLA, 2014).

A necessidade da adoção de normas internacionais de contabilidade em Angola acontece, não apenas para atrair investidores, mas também para que se consiga divulgar informações com maior qualidade, confiabilidade e compreensibilidade para todos os usuários nacionais e internacionais. A adoção das normas internacionais de contabilidade pelo setor bancário se constituiu um marco importante na história e evolução da contabilidade angolana, pois o País se destaca no grupo de países em desenvolvimento que exigem ou permitem a aplicação das IAS/IFRS no contexto local. Dessa forma, também faz surgir uma expectativa de que em médio e curto prazo, as demais empresas angolanas também possam aplicar as normas internacionais de contabilidade (LAPI, 2015).

As empresas do setor petrolífero se destacam no cenário econômico angolano por gerarem muitos empregos, impostos e, também, por atuarem em diversos segmentos econômicos. Por isso, tais empresas precisam evidenciar informações contábeis para diversos fornecedores, credores financeiros e investidores de capital, no intuito de conseguir recursos para subsidiar suas operações. Dessa forma, os parceiros dessas empresas requerem informações contábeis confiáveis e de qualidade para suporte de suas decisões.

Dentre as práticas contábeis específicas ao setor petrolífero, para fins deste estudo se destaca a IFRS 6 - *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources* (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais). Essa norma estabelece práticas contábeis para as organizações com atividades de exploração e avaliação de recursos minerais, bem como orientações para contabilização e divulgação dos custos incorridos nessas atividades. Em Angola, a IFRS 6 ainda não é uma norma obrigatória, mas as empresas petrolíferas tendem a adotá-lo como uma prática contábil, uma vez que melhora a qualidade da informação contábil para os usuários externos (fornecedores, credores financeiros, governo e investidores).

Diante desse contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as práticas contábeis relacionadas à IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais utilizadas por uma empresa petrolífera angolana? O objetivo geral da pesquisa é analisar a utilização das práticas contábeis relacionadas à IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais em uma empresa petrolífera angolana.

Estudos sobre a IFRS 6 ganham destaque na literatura contábil nas pesquisas de Prado, Fabiano e Lemes (2011), Cortese (2013), Santos, Silva e Santos (2015), Abdo (2016) e Domingues e Nakao (2017). Em seu estudo, Prado, Fabiano e Lemes (2011) verificaram que as empresas Petrobras e a OGX contabilizam, de modo voluntário, os custos de avaliação e exploração nas atividades de petróleo e gás pelo método de Esforços Bem Sucedidos, de acordo norma IFRS 6. Cortese (2013) constatou que o método dos Esforços Bem-Sucedidos é o preferido pelos órgãos reguladores, empresas petrolíferas e firmas de auditoria. Santos, Silva e Santos (2015) verificaram que o processo de revisão da IFRS 6 é muito lento, pois existem muitas particularidades que requerem mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pelas empresas do setor petrolífero. Abdo (2016) notou que muitas empresas petrolíferas atenderam de forma diferente aos requisitos da IFRS 6, mas tal norma teve um impacto positivo na harmonização das práticas contábeis nas indústrias de petróleo e gás. Por sua vez, Domingues e Nakao (2017), constataram que não houve melhoria na qualidade das previsões financeiras após adoção das IFRS 6, principalmente devido ao texto da norma possuir regras mais gerais e não tão específicas para a contabilização das transações.

Diante dos estudos anteriores, a pesquisa contribui com o tema ao apresentar evidências empíricas sobre práticas contábeis relativas à IFRS 6 em uma grande empresa petrolífera angolana. A presente pesquisa atende ao chamado dos autores Barros (2011), António (2014) e Lapi (2015), quanto à necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas do tipo estudo de caso para compreender a efetividade da aplicação de normas internacionais de contabilidade em contextos locais. Além disso, a pesquisa pode ser útil para a organização investigada, uma vez que analisa as práticas de contabilidade utilizadas em comparação com as determinações estabelecidas pelo IFRS 6, bem como pode auxiliar profissionais da área contábil na compreensão do processo de utilização e harmonização de práticas contábeis em empresas petrolíferas.

O artigo está estruturado em cinco seções, considerando esta introdução como seção 1. Na sequência, a seção 2 trata da fundamentação teórica da pesquisa. A seção 3 contempla os procedimentos metodológicos. A seção 4 apresenta os resultados da pesquisa. A seção 5 discorre sobre as considerações finais. Por fim, são evidenciadas as referências que fundamentaram o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta aspectos sobre normas internacionais de contabilidade na atividade petrolífera e estudos anteriores.

2.1 Normas Internacionais de Contabilidade na Atividade Petrolífera

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2011), as informações contábeis de uma organização geradas para um contexto internacional interessam a diversos usuários que estão em diferentes países. Por isso, a compreensão das dimensões internacionais da informação contábil é indispensável para o usuário consiga tomar decisões para além fronteiras.

A globalização de mercados trouxe a harmonização contábil para o mundo econômico. A contabilidade como uma linguagem de negócios tem a função de fornecer informações econômico-financeiras, de acordo com normas internacionais de contabilidade que exigem qualidade, transparência e comparabilidade de informações, no intuito de minimizar o risco dos investimentos e dos custos de capital (ANTÔNIO, 2014; LAPI, 2015). Nesse contexto, torna-se indispensável e expressivo o papel do contador, uma vez que são responsáveis pela elaboração e divulgação das informações contábeis para os usuários da contabilidade (PADOVEZE, BENEDICTO; LEITE, 2011; LAPI, 2015).

Lapi (2015), observa que a necessidade da redução das inconsistências nas práticas contábeis entre vários países e a necessidade de um conjunto de normas comuns no âmbito internacional torna cada vez mais desejável que a informação contábil seja mais comparável, credível, fidedigna e de alta qualidade para que os usuários a utilizem no processo de gestão e tomada de decisão.

No contexto internacional, no intuito de melhorar e harmonizar a emissão de relatórios financeiros foi criado em 1973 o *International Accounting Standards Committee* (IASC) por organismos contábeis de nove países: Alemanha, Austrália, Canada, Estados Unidos da América, França, Japão, Holanda, Reino Unido e Irlanda. Na atualidade, tal entidade é denominada por *International Accounting Standard Board* - IASB (ZEFF, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970 já se discutia a regulamentação de prática contábil relativas às atividades de exploração e produção de petróleo no contexto norte-americano. O debate estava centrado principalmente quanto ao melhor método contábil para capturar as transações econômicas relativas à exploração e produção de petróleo (SANTOS; SANTOS, 2014). Atualmente, se destacam cinco métodos para a contabilização dos custos incorridos nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás: a) Método do Custo Total (*Full Cost Accounting*); b) Método dos Esforços Bem-Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*); c) Método do Valor de Descoberta (*Discovery Value Accounting*); d) Método do Valor Corrente (*Current Value Accounting*); e d) Método *Expenses* (FASB - SFAS n. 19, 1977; RODRIGUES; SILVA, 2012).

Apesar da existência de cinco métodos, o contexto norte-americano só permitia a utilização do Método do Custo Total (*Full Cost Accounting*) e do Método dos Esforços Bem-Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*), conforme determinação das normas: a) *Statement of Financial Accounting Standards* - SFAS n. 19 (*Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies*); b) SFAS n. 25 (*Suspension of Certain Accounting Requirements for Oil and Gas Producing Companies - an amendment of FASB Statement No. 19*); c) *Accounting Series Release* - ASR n. 257 (*Requirements for Financial Accounting and Reporting Practices for Oil and Gas Producing Activities*); e d) *Accounting Series Release* - ASR n. 258 (*Oil and Gas Producers - Full Cost Accounting Practices*).

Em sua emissão, a SFAS n. 19 tinha por objetivo tornar obrigatório o uso do Método dos Esforços Bem-Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*). Entretanto, a *Securities and exchange commission* (SEC) não aceitou tal diretiva como único método permitido para as atividades de exploração e produção de petróleo. Por isso, foi emitido SFAS n. 25 que exclui

essa obrigatoriedade, mas recomendava a preferência pelo uso do Método dos Esforços Bem-Sucedidos.

As atividades de exploração e produção de petróleo são classificadas em petrolíferas em quatro categorias: (1) aquisição, (2) exploração, (3) desenvolvimento e (4) produção. O Quadro 1 apresenta os conceitos da classificação dos custos das atividades petrolíferas.

Quadro 1 - Classificação das Atividades Petrolíferas

Atividades	Descrição
(1) Custos de aquisição	Gastos incorridos na aquisição ou aluguel de áreas, tais como: gastos na aquisição dos direitos de explorar, perfurar, produzir óleo e gás natural, gastos relacionados a bônus, taxas de agenciamento e intermediação, taxas de registro, outros gastos legais. (FASB, SFAS n. 19, 1977)
(2) Custos de exploração e avaliação	Gastos incorridos na identificação de áreas potenciais e nos exames específicos de áreas com potencial de reserva de óleo e gás natural, tais como: gastos com perfuração de poços exploratórios e testes estratigráficos, gastos com estudos topográficos, geológicos e geofísicos. Os gastos de exploração podem ocorrer tanto antes como depois da aquisição da área, ou mesmo em situações em que a área nunca venha a ser adquirida (SANTOS; SILVA; SANCOVSCHI, 2006)
(3) Custos de desenvolvimento	Gastos incorridos após terem sido concluídas às atividades de prospecção e exploração, e antes de se produzir hidrocarbonetos. Esses gastos são necessários para obter acesso às reservas provadas e para prover instalações para extração, tratamento, recolhimento e estocagem do óleo e do gás natural. Além desses, estão incluídos ainda os gastos com instalações de produção, tais como: gastos com linhas de escoamento, separadores, tratadores, aquecedores, tanques de estocagem, sistemas de recuperação e instalações de processamento de gás natural. (SANTOS; SILVA; SANCOVSCHI, 2006; SILVA, 2007)
(4) Custos de produção	Gastos de produção relativos à remoção do óleo do reservatório, acúmulo, tratamento, processamento e estocagem no campo. Esses gastos acontecem para a retirada do petróleo até a superfície, tais como: gastos com manutenção de equipamentos, mão de obra utilizada para operar os poços e instalações, taxas, impostos de propriedade, seguros aplicáveis às propriedades, poços comprovados, amortização, depreciação e exaustão de bens capitalizados (FASB, SFAS n. 19, 1977; RODRIGUES; SILVA, 2012).

Fonte: Elaborado pelos autores

A contabilização desses gastos difere de acordo com o método contábil utilizado pela empresa, isso mostra que a atividade de exploração e produção de petróleo, e, conseqüentemente, de sua contabilização e evidenciação, é denotada por vários problemas teóricos e técnicos decorrentes, basicamente, das seguintes particularidades: (i) alto risco envolvido na atividade de exploração; (ii) alto custo dos investimentos; (iii) falta de correlação entre o valor dos gastos efetuados e o valor resultante das reservas encontradas; e (iv) longo espaço de tempo entre os gastos incorridos e os benefícios gerados (GODOY, 2004).

O Quadro 2 apresenta uma síntese comparativa entre as práticas contábeis relativas aos métodos do Custo Total (*Full Cost Accounting*) e dos Esforços Bem-Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*) relacionados as categorias das atividades petrolíferas.

Quadro 2 - Comparativo entre Métodos do Custo Total e dos Esforços Bem Sucedidos

Atividades	Itens	Esforços Bem-Sucedidos	Custo total
(1) Custos de aquisição	Aquisição de bens e direitos	Capitalizados	Capitalizados
(2) Custos de exploração e avaliação	Poços secos	Despesa	Capitalizados
	Poços bem-Sucedidos	Capitalizados	Capitalizados

(3) Custos de desenvolvimento	Poços bem-sucedidos	Capitalizados	Capitalizados
(4) Custos de produção	Custos de Produção	Despesas	Despesas
Aspectos Gerais	Tipos de Companhias	Grandes	Pequenas
	Centro de Custo usado	Bloco, Campo ou Poço	Companhias, Países ou Área Geográfica
	Comentários	Aprovado pela SEC e preferido pelo FASB	Aprovado pela SEC

Fonte: Adaptado de Santos; Silva; Sancovschi (2006)

A principal diferença existente entre um método e outro, é que no Método dos Esforços Bem-Sucedidos, os custos das atividades petrolíferas não podem ser diretamente relacionados às descobertas de reservas específicas de óleo e gás, ou seja, apenas classifica como custo do ativo de óleo e gás os gastos das atividades que resultaram na descoberta de reservas de petróleo. Além disso, as propriedades são avaliadas para verificar se houve deterioração de seu valor econômico, medido pelo fluxo de benefícios futuros (fluxo de caixa não-descontado) e sucedido que o fluxo de caixa líquido não-descontado estimado da propriedade seja menor que o seu valor contábil líquido, uma perda por *impairment* (imparidade) será reconhecida e medida pela diferença entre o valor contábil líquido e o seu valor de mercado. Quanto à amortização neste método, a teoria aponta que são contabilizadas com amortização ou depelação os gastos ativados de propriedades provadas à medida que as reservas provadas de óleo e gás, às quais se relacionam são produzidas (FASB, SFAS n. 19, 1977; FASB, SFAS n. 25, 1979; JENNINGS; FEITEN; BROCK, 2000; SILVA; MARQUES, 2004; SANTOS; SILVA; SANCOVSCHI, 2006; SILVA, 2007; RODRIGUES; SILVA, 2012).

Com o advento da IFRS 6 *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources* (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) no ano de 2004, as práticas para as atividades petrolíferas ganharam relevância no contexto internacional. O IASB emitiu essa norma sobre exploração e avaliação de recursos minerais, porque até ano de 2004 não havia nenhuma orientação específica para a contabilização dessas atividades. Nesse contexto, esse assunto estava excluído do escopo de normas internacionais, tais como: *International Accounting Standards - IAS 38 - Intangible Assets* (Ativo intangível), *International Accounting Standards - IAS 16 - Property, Plant and Equipment* (Imobilizado) e *International Accounting Standards - IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* (Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros) (RODRIGUES; SILVA, 2012).

A IFRS 6 foi emitida para ser uma referência internacional de práticas contábeis para o setor de petróleo e gás. Mas essa política contábil contemplou apenas a atividade (2) custos de exploração e avaliação de investimentos. Portanto, não estabelece práticas contábeis para as demais atividades petrolíferas relacionadas às etapas de pré-exploração (despesas incorridas antes da entidade obter direitos legais para explorar uma área específica) ou de pós-exploração e avaliação (despesas incorridas após a viabilidade técnica e a viabilidade comercial de extrair um recurso mineral são demonstráveis).

As limitações da IFRS 6, quanto ao não reconhecimento dos custos de desenvolvimento, ocorre porque as empresas petrolíferas podem usar diferentes políticas contábeis para os custos pré e pós-exploração de recursos minerais. Logo, fica evidente que a IFRS 6 tem limitações, devido à diversidade de práticas contábeis utilizadas nas empresas petrolíferas, para possibilitar flexibilidade nas políticas contábeis de acordo com as especificidades das organizações. Dessa forma, não estabelece políticas rígidas para as outras três atividades petrolíferas (aquisição, desenvolvimento e produção) (European Union, IFRS 6, 2009; RODRIGUES; SILVA, 2012).

De acordo com a IFRS 6, a prática contábil para a atividade custos de exploração e avaliação (2) contempla os seguintes itens: (i) mensuração de ativos de exploração e avaliação, (ii) apresentação, (iii) *impairment* e (iv) divulgação. O Quadro 3 apresenta uma síntese dos assuntos tratados nesses itens.

Quadro 3 - Síntese dos Itens da IFRS 6

Itens	Assuntos
(i) Mensuração de ativos de exploração e avaliação	A entidade deve reconhecer os ativos de exploração e avaliação pelo custo; além disso a entidade deve reconhecer quaisquer obrigações de remoção e restauração que são incorridas durante um determinado período como consequência de ter realizado a exploração e avaliação de recursos minerais (custo de abandono/ desmantelamento), conforme IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; após o reconhecimento, uma entidade deve aplicar o modelo de custo ou o modelo de reavaliação aos ativos de exploração e avaliação. Se o modelo de reavaliação for aplicado (seja o modelo no IAS 16 Propriedade, Instalação e Equipamentos ou o modelo no IAS 38) deve ser consistente com a classificação dos ativos. Uma entidade pode alterar suas políticas contábeis para despesas de exploração e avaliação se a mudança tornar as demonstrações financeiras mais relevantes para as necessidades econômicas de tomada de decisão dos usuários. Uma entidade deve julgar relevância e confiabilidade usando os critérios da IAS 8.
(ii) Apresentação	Uma entidade deve classificar os ativos de exploração e avaliação como tangíveis (por exemplo: veículos e plataformas de perfuração) ou intangíveis (por exemplo: direitos de perfuração) de acordo com a natureza dos ativos adquiridos e aplicar a classificação de forma consistente. E não poderá ser classificado como tal, quando a viabilidade técnica e a viabilidade comercial da extração de um recurso mineral são demonstráveis.
(iii) <i>Impairment</i>	Os ativos de exploração e avaliação devem ser avaliados por <i>impairment</i> quando fatos e circunstâncias sugerem que o valor contábil de um ativo de exploração e avaliação pode exceder o valor recuperável, nesse caso uma entidade deve mensurar, apresentar e divulgar qualquer perda por redução ao valor recuperável resultante de acordo com a IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativos.
(iv) Divulgação	Uma entidade deve divulgar informações que identifiquem e explicam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras decorrentes da exploração e avaliação de recursos minerais. Dessa forma: i) suas políticas contábeis para despesas de exploração e avaliação, incluindo o reconhecimento de ativos de exploração e avaliação e ii) os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas e fluxos de caixa operacionais e de investimentos decorrentes da exploração e avaliação de recursos minerais.

Fonte: Adaptado de European Union - IFRS 6 (2009).

De modo geral, a IFRS 6 não estabeleceu um padrão único no que diz respeito a prática contábil, quanto ao tratamento dos custos de exploração e avaliação nas atividades petrolíferas, permitindo a utilização de ambos os métodos, do Custo Total e dos Esforços Bem-Sucedidos. Isso ocorreu em função do papel influente das empresas petrolíferas de pequeno porte, no momento de elaboração da referida norma, uma vez que para tais empresas, o reconhecimento dos gastos como despesas, ao invés da capitalização da atividade (2) custos de exploração e avaliação de investimentos poderia prejudicar o resultado econômico dessas organizações (PRADO; FABIANO; LEMES, 2011; CORTESE, 2013).

A possibilidade de utilização de dois métodos reforça que cada organização pode escolher o que mais reflete a realidade dos negócios. Entretanto, o julgamento de qual prática contábil atende especificamente os interesses organizacionais deve resguardar critérios de qualidade da informação contábil, quanto à relevância e representação fidedigna das transações econômicas. Portanto, as demonstrações contábeis devem possibilitar que os usuários possam compreender a situação patrimonial e financeira das organizações para que consigam tomar melhores decisões.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigar as práticas da IFRS 6 - *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources* (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) em uma empresa petrolífera angolana, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa por meio do método de estudo de caso (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; YIN, 2005).

A empresa objeto de estudo é uma grande petrolífera angolana que atua nos mercados nacional e internacional. Para fins desta pesquisa o nome da empresa não será divulgado, bem como o nome dos participantes, como forma de sigilo e proteção das informações. Segundo Flick (2009), a ética na pesquisa implica proteger dados, evitar danos aos participantes e respeitar perspectivas e privacidades. Dessa forma, o nome da empresa objeto de estudo será Alfa.

O estudo de caso foi realizado na empresa “Alfa” que está localizada em Angola. A Alfa foi criada em 1976 e é a concessionária estatal exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola. As suas atividades abrangem prospecção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, armazenagem, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e dos seus derivados, suas atividades podem ser desempenhadas de forma autónoma ou em associação com empresas estrangeiras. Além disso, opera em diversos segmentos econômicos, tais como Serviços Aéreos, Serviços de Telecomunicações, Gestão de Participações Financeiras, Imobiliária, Serviços Médicos e Medicamentosos e serviços de Educação e Ensino. No ano de 2016, a empresa, de modo consolidado, contou com mais de 22.000 colaboradores e faturamento acima de 9 bilhões dólares americanos/US\$ (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2016).

Para a coleta dos dados foi realizada entrevistas nos dias 28/07 e 07/08 de 2017 com o Diretor de Finanças da área de pesquisa e produção que atua na organização há mais de 10 anos. O tempo das entrevistas foi de aproximadamente 98 minutos. O instrumento de coleta continha um roteiro de entrevista com 10 (dez) perguntas semiestruturadas, divididas em duas categorias, do seguinte modo: a) 4 (quatro) perguntas relacionadas à adoção/práticas da norma IFRS 6 e b) 6 (seis) perguntas relacionadas à utilização do método dos esforços bem-sucedidos, conforme mostra o Quadro 4

Quadro 4 - Roteiro de Entrevista

Categories	Questões
Adoção/Práticas IFRS 6	1) Quando é que foi adoptado o IFRS 6? 2) Porquê foi adotado e quais são os benefícios para a empresa? 3) Como é feita a aplicação desta norma nas práticas de trabalho pesquisa e desenvolvimento? 4) Qual é o papel da contabilidade na aplicação desta norma?
Método dos Esforços Bem-Sucedidos	6) Até ao momento quantos esforços bem sucedidos estão em andamento e quais são os seus estágios? 7) Como é realizada a contabilização (registro) dos gastos com pesquisa e desenvolvimentos de poços e a sua mensuração? 8) Como é feita a depreciação/amortização dos gastos ativados com pesquisa e desenvolvimento para os esforços bem sucedidos? 9) A empresa realiza <i>impairment test</i> (teste de recuperabilidade) para os gastos ativados com pesquisa e desenvolvimento para os esforços bem sucedidos? Como e feito esse teste de recuperabilidade? 10) Por que razão não são evidenciados detalhadamente no relatório de contas os gastos com as atividades de pesquisa e desenvolvimento que resultaram na descoberta de reservas de petróleo, bem como a maneira de contabilização (registro, depreciação e amortização) de tais gastos?

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a análise documental foram utilizados Relatórios de Contas auditados dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016, disponíveis em meio eletrônico. Entretanto, devido à evidenciação das práticas relacionadas ao IFRS 6, considerou-se para construção desta pesquisa os anos de

2014 e 2015, uma vez que permitiu uma análise comparativa de dados. A análise documental caracteriza-se em uma técnica de pesquisa para coletar dados qualitativos e quantitativos registrados em documentos ou materiais escritos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para organização da documentação da pesquisa, foi organizado um banco de dados que contém: a) áudio da entrevista com o Diretor de Finanças, b) transcrição da entrevista, c) Relatório de Contas auditados dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, d) páginas do site da Empresa e e) Leis Angolanas n. 13/1978 e 10/2004. Segundo Yin (2005), o banco de dados para um estudo de caso caracteriza-se como uma reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em Angola, a regulamentação da atividade petrolífera se deu pela Lei n. 13, de 26 de agosto de 1978. A referida Lei teve por objetivo salvaguardar os seguintes princípios de política econômica e social para o setor petrolífero: a proteção do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento do mercado de trabalho e valorização dos recursos mineiros, a proteção do meio ambiente e racionalização da utilização dos recursos petrolíferos e o aumento da competitividade do País no mercado internacional (BANCO DE DADOS, 2004).

De acordo com a Lei n. 10, de 12 novembro de 2004, a regulamentação da atividade petrolífera atribuiu à Alfa a responsabilidade e a exclusividade sobre as atividades petrolíferas no território angolano, no que concerne ao refino de petróleo bruto, armazenagem, transporte, distribuição e comercialização de petróleo. Ademais, a autorizou a se associar com empresas estrangeiras para a execução de tais atividades. Nesse contexto, o setor petrolífero angolano, além da Alfa, conta com mais 14 operadoras estrangeiras (BANCO DE DADOS, 2004).

Em relação às normas contábeis relativas às atividades petrolíferas, no contexto Angolano não existe uma norma específica. Dessa forma, as empresas podem adotar, de modo voluntário, práticas contábeis que melhoram a qualidade da informação para usuários internos e externos. Dentre as práticas contábeis relacionados ao setor petrolífero, se destaca a norma internacional IFRS 6 - *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources* (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) para as atividades petrolíferas.

Segundo o Diretor de Finanças, na Alfa, a IFRS 6 foi adoptado em 2006 por meio do manual de políticas contabilistas da empresa, uma vez que a empresa já considerava a norma contábil americana SFAS n. 19 - *Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies* (Contabilidade financeira e relatórios das empresas produtoras de petróleo e gás). Tanto a SFAS n. 19 e a IFRS 6 recomendam a utilização do método dos Esforços Bem-Sucedidos para as atividades petrolíferas. O Diretor Finanças, ainda observa que tais normas foram adotadas porque preconizam uma melhor evidenciação de ativos petrolíferos que geram benefícios econômicos futuros para a empresa, pois representam a capacidade de sustentabilidade do negócio.

A Alfa segue as quatro categorias para as atividades petrolíferas, que são: (1) aquisição, (2) exploração, (3) desenvolvimento e (4) produção. Na atividade de custos de aquisição (1), os custos de aquisição estão relacionados às pré-licenças de exploração de poços em que a descoberta é economicamente viável baseada em um conjunto de considerações técnicas e comerciais, bem como nos progressos que estão sendo efetuados para atingir os planos de desenvolvimento para exploração. Os custos de aquisição de licenças de exploração e de propriedades são registados como ativos intangíveis. Portanto, os custos com licenças de exploração já existentes são capitalizados e amortizados pelo tempo coberto pelo direito de licença.

Os custos com a aquisição de licenças e de propriedades são revistos, por meio do teste de imparidade, no período de encerramento contábil para confirmar que não existem quaisquer indicações que o valor líquido contábil desses ativos excede o valor recuperável. Caso haja a confirmação de perda por imparidade, acontece o reconhecimento contábil como custo da operação no período em que ocorrem. Por outro lado, quando por ventura as atividades petrolíferas não resultem em descoberta economicamente viável, a licença é abandonada, resignada ou expirada. O valor de custo líquido dos custos de aquisição de licença e de propriedade são reconhecidos como custo operacional na demonstração de resultados (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014; 2015).

Na Alfa, a aplicação da norma IFRS 6 ocorre por meio do atendimento dos itens da atividade petrolífera de custos de exploração e avaliação (2), que são: (i) mensuração de ativos de exploração e avaliação, (ii) apresentação, (iii) *impairment* e (iv) divulgação.

O item mensuração de ativos de exploração e avaliação (i) se refere aos custos de poços secos ou de poços bem-sucedidos. Na Alfa, os custos das atividades de exploração e avaliação são ativados (registrados na conta contábil Ativos de Exploração e Avaliação) até a comprovação de poços secos ou de poços bem-sucedidos. Quando reservas provadas de petróleo e gás natural são identificadas e a atividade de desenvolvimento (3) é aceita pela gestão, as despesas capitalizadas são primeiramente avaliadas quanto a eventuais indícios de imparidade e, em seguida, o saldo contábil líquido remanescente é transferido para a conta contábil Propriedades de Petróleo e Gás (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014; 2015).

O Quadro 5 mostra a composição da conta contábil Propriedades de Petróleo e Gás.

Quadro 5 - Propriedades de Petróleo e Gás (Milhares de dólares americanos/US\$)

Rubricas	Valor Contábil (2015)	Depreciação Acum. (2015)	Valor Líquido (2015)	Valor Líquido (2014)
Despesas de desenvolvimento	22.951.535	(12.191.704)	10.759.831	9.771.047
Despesas de abandono	2.456.973	(825.327)	1.631.645	899.212
Imobilizado Mineiro em Curso				3.996.726
Total	25.408.508	(13.017.032)	12.391.476	14.666.985

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Na conta contábil Propriedades de Petróleo e Gás e outras propriedades são registradas ao custo de aquisição deduzidas das depreciações acumuladas e respectivas perdas por imparidade, se existentes. O custo inicial de aquisição desses ativos compreende o seu custo de aquisição ou custo de construção, quaisquer custos diretamente atribuíveis para com o desmantelamento (despesas de abandono) para se ter conhecimento dos permitir ao ativo a sua efetiva operação. Inicialmente se faz estimativa para a obrigação prováveis custos no final da utilização das propriedades. Além disso, as propriedades de Petróleo e Gás são depreciadas/amortizadas utilizando o método das unidades de produção (MuP) baseado no resultado em um custo com depreciação/amortização proporcional à depleção/exaustão da produção remanescente do poço.

Por fim, os custos de desmantelamento (despesa de abandono) são incorridos no final da vida operacional de algumas instalações e propriedades. A Alfa avalia a provisão para desmantelamento a cada período de encerramento contábil. Os custos finais reais de desmantelamento são incertos e a estimativa de custo pode variar em resposta a vários fatores, tais como obrigações legais relevantes e novas técnicas de restauração do meio ambiente (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014, 2015).

O item apresentação (ii) se refere a classificação dos ativos de exploração e avaliação como ativos tangíveis ou intangíveis. Nos poços bem-sucedidos, os direitos legais adquiridos são capitalizados como ativos intangíveis de exploração e avaliação até ao momento que a perfuração do poço é completa e o resultado avaliado. No custo desse ativo incluem remunerações diretamente atribuídas a empregados, materiais de uso e consumo, combustíveis, custos de sondagem e pagamentos efetuados a empreiteiros. Os custos com licenças não sofrem registros de amortização durante a fase de exploração e avaliação.

Os custos com geologia e geofísica são reconhecidos na demonstração de resultados quando incorridos, conforme recomenda o método dos Esforços Bem Sucedidos e a IFRS 6. Quando a atividade de exploração e avaliação (2) resultar poços sem potenciais de petróleo e gás (poço seco), os ativos de exploração e avaliação são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados. Por outro lado, quando a atividade de exploração e avaliação (2) resultar em um esforço for bem-sucedido, ou seja, reservas de petróleo e gás são descobertas e estão sujeitos a atividades de desenvolvimento (3) e, posteriormente, comercialização, os custos com geologia e geofísica permanecem contabilizados como ativos intangíveis de ativos intangíveis de exploração e avaliação (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014, 2015).

Observa-se que tal prática está de acordo com a recomendação da IFRS 6 que menciona que, independentemente do resultado da atividade, o reconhecimento inicial dos custos nas atividades que envolvem ativos intangíveis de exploração e avaliação devem ser capitalizados, e posteriormente, quando comprovada a viabilidade técnica e comercial permanecem capitalizados, caso contrário são reconhecidos como despesas (IFRS 6).

O item *impairment* (iii) se refere a mensuração do valor recuperável dos ativos reconhecidos como Propriedades de Petróleo e Gás. Na Alfa, os ativos mineiros reconhecidos nessa conta contábil são avaliados como ativos separados ou como unidades geradoras de caixa. Quando um indicador de imparidade existe para esses ativos, uma estimativa formal do valor recuperável é efetuada, considerado o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor de uso.

O Diretor de Finanças ressalta que “[...]precisamos saber qual o valor do ativo em um dado momento, para agora ou daqui a 5 anos. Para saber o valor do ativo, precisamos saber qual é a projeção dos preços de mercado. Qual é a data de licença? Porque os ativos mineiros não são como os ativos de outras empresas. Como por exemplo: eu comprei e fica para mim para sempre o valor de aquisição. Os ativos mineiros sofrem muito desgaste ao longo do tempo”.

A avaliação por imparidade obriga o uso de estimativas e pressupostos de mercado, como o preço futuro de petróleo bruto e de gás natural (preços correntes e históricos, tendências de preços, fatores de mercado, taxas de desconto, custos operacionais, despesas futuras de capital, custos de abandono, potenciais de exploração, volume de reservas, volume de produção, volume de vendas, entre outros). A Alfa reconhece que as estimativas e pressupostos estão sujeitos a riscos e incertezas. Logo, existe a possibilidade de que alterações nas circunstâncias comerciais e de produção podem impactar as projeções realizadas quanto aos benefícios econômicos futuros, influenciando o montante estabelecido como o valor recuperável de cada ativo ou das unidades geradoras de caixa (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014, 2015).

Além do teste de imparidade, os ativos registrados na conta contábil de Propriedades de Petróleo e Gás reconhecem o desgaste pelo uso por meio de depreciação, depelação/ exaustão e amortização. Na Alfa, a mensuração contábil pelo desgaste acontece de acordo com as quantidades produzidas e pelo volume das reservas estimadas (Diretor de Finanças).

Os ativos reconhecidos como Propriedades de Petróleo e Gás são depreciados e amortizados na base das unidades de produção de acordo com o total das reservas provadas desenvolvidas, exceto no caso de ativos cuja vida útil é menor do que a vida útil do campo de

exploração. Neste caso, o método de depreciação ou amortização é linear. Por sua vez, os direitos e concessões são depreciados pelo método das unidades de produção conforme o total das reservas provadas desenvolvidas

Os demais ativos, como outras propriedades, edifícios e outros equipamentos tangíveis, são geralmente depreciados em base linear conforme a respectiva vida útil estimada. Geralmente para as refinarias a expectativa de vida útil é de 15 anos. Os custos significativos com inspeções são amortizados entre 3 e 5 anos, de acordo com o tempo estimado para a próxima inspeção. Os valores residuais dos ativos, vidas úteis, e métodos de depreciação/amortização são revistos a cada período contábil e ajustados quando necessário pela Alfa.

Ativos registrados nas rubricas de outras propriedades, edifícios e outros equipamentos são baixados quando da consequência de abandono ou quando não existem expectativas de benefícios econômicos futuros. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa desses ativos são reconhecidos no resultado empresa (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014, 2015).

O item divulgação (iv) se refere a evidenciação de informações contábeis sobre as atividades de exploração e avaliação. Na Alfa, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas seguindo as nomenclaturas contábeis vigentes do Manual de Políticas Contabilísticas da empresa (MPC). As nomenclaturas contábeis consideram contas contábeis segregadas de acordo com a natureza econômica e as políticas contábeis estabelecidas no Plano Geral de Contabilidade (PGC) angolano, conforme Decreto n. 82, de 16 de novembro de 2001.

As demonstrações financeiras consolidadas seguem a nomenclatura e formato definido no Plano Geral de Contabilidade (PGC) angolano, ajustadas com inclusão de um conjunto de rubricas específicas inerentes às atividades petrolíferas, conforme o Manual de Políticas Contabilísticas da empresa (MPC) e aprovação do Conselho de Administração da Alfa. (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014;2015)

Dentre as políticas contábeis evidenciadas no relatório de contas, destaca-se a evidenciação voluntária de práticas da IFRS 6 descritas na nota 2.3, item (d) Despesas de Exploração, Avaliação e de Desenvolvimento de Petróleo e Gás. Na Alfa, as práticas de evidenciação contábil objetivam atender os usuários externos, principalmente, para possibilitar a análise do valor econômico da empresa, conforme expressa o Diretor de Finanças,

Existem duas formas de apresentação de contas, uma você põe muita informação ou na outra você põe menos. As reservas de petróleo fornecem suporte para a determinação do real valor das empresas petrolíferas. Portanto, tudo depende do que vai querer demonstrar em termos de divulgação, porque o valor da empresa está nas reservas petrolíferas. Por isso é relevante a evidenciação, apesar de nós não estarmos na bolsa de valores. O nosso encerramento do exercício contábil é como se fosse para uma empresa da bolsa de valores, por causa dos *stakeholders*, principalmente os bancos, os quais nos captamos recursos.

A política de evidenciação da Alfa está aderente as práticas descritas na IFRS 6, pois a empresa divulga informações relacionadas aos custos de exploração e avaliação nas atividades petrolíferas, de acordo com os itens requisitados (mensuração de ativos, apresentação, *impairment* e divulgação). No balanço patrimonial, os ativos de exploração e avaliação, no segmento de *Upstream* (pesquisa e produção de petróleo bruto e gás natural), possuem representatividade de 18,8% e 4,29% em relação aos ativos totais, respectivamente para os anos de 2014 e 2015. Por sua vez, os ativos de propriedade de petróleo e gás representam 67,3% e 56,95% respectivamente, nos anos de 2014 e 2015. Cabe ressaltar que após a comprovação da viabilidade econômica dos poços, os custos iniciais de registrados nos ativos de exploração e avaliação são transferidos para a conta propriedade de petróleo e gás.

Nas fases de Desenvolvimento (3) e de Produção (4) ocorrem despesas de relativas a construções, instalações, infraestrutura (plataformas, pipelines) e de perfuração de poços em desenvolvimento. Tais despesas são capitalizadas como Propriedades de Petróleo e Gás (RELATÓRIO DE CONTAS, 2014, 2015). O preço de aquisição ou custo de construção é o valor acumulado pago e representa o valor justo acordado para adquirir o ativo. Quando um poço bem-sucedido avança da atividade de desenvolvimento (3) e, posteriormente, para a atividade de produção (4), a capitalização de custos com desenvolvimento/construção cessa. A partir desse momento os custos de produção são considerados como parte integrante do custo do investimento quando se qualificam para capitalização e estão relacionados com aumentos de ativos Propriedades de Petróleo e Gás que geram expectativas de benefícios futuros (RELATÓRIOS DE CONTAS, 2014;2015). O Diretor Financeiro esclarece que,

Principalmente na fase de Desenvolvimento (3), ainda não se sabe com muita segurança se o poço terá sucesso ou não. Então, enquanto se está a perfurar, os custos são contabilizados em uma conta denominada de Imobilizado Mineiro em Curso. Após a perfuração, se faz o teste para saber este poço é viável ou não. Caso seja viável permanece as atividades de Desenvolvimento (3) e de Produção (4), por outro lado se não for viável se despreza o poço e se reconhece as despesas no resultado do exercício.

Por fim, as práticas contábeis relativas à IFRS 6 mostram que a Alfa atende parcialmente a norma contábil internacional de acordo com os itens requisitados e adoção preferencial do método dos Esforços Bem-Sucedidos, conforme mostra o Quadro 6.

Quadro 6 - Aplicação do IFRS 6 na Alfa

Requisitos	Aplicação da IFRS 6
(i) Mensuração de ativos nas atividades de exploração e avaliação	Custo histórico de aquisição. Custo de desmantelamento/abandono registrado como ativo de Propriedades de Petróleo e Gás
(ii) Apresentação de ativos de exploração e avaliação	Classificação com tangíveis e intangíveis.
(iii) Avaliação de <i>impairment</i> de ativos exploração e avaliação	Realiza o Teste de <i>Impairment</i> por meio do método de unidades geradoras de caixa.
(iv) Divulgação de ativos de exploração e avaliação	Divulgação parcial, pois apenas evidencia os intangíveis (custo de aquisição de licença; custos diretamente associados com poços exploratórios.).

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

As evidências dos requisitos indicam que a empresa não está em plena conformidade com as práticas contábeis internacionais da IFRS 6, uma vez que não evidencia de modo detalhado os ativos tangíveis e intangíveis relacionados às atividades petrolíferas nos relatórios de contas. As evidências coadunam com o relato do Diretor de Finanças de que a divulgação depende dos interesses da empresa, uma vez que esses ativos representam o potencial de valor econômico da organização. Infere-se que, talvez, tal prática tenha por objetivo proteger informações estratégicas da organização para assegurar a sustentabilidade do negócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a convergência das normas internacionais de contabilidade é uma realidade para o ambiente econômico. Angola é um dos poucos países do continente africano a incentivar a aplicação de normas internacionais de contabilidade. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a utilização das práticas contábeis relacionadas à IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais em uma empresa petrolífera angolana.

Os resultados do caso investigado mostraram que a empresa adota de modo voluntário algumas normas internacionais de contabilidade, sempre que a legislação nacional permitir a sua aplicação, bem como a Administração entenda que da sua tal aplicação resulta uma imagem mais adequada e apropriada da posição financeira e do desempenho da organização.

As evidências revelaram que a empresa aplica a norma IFRS 6 desde 2006, estando em linha com práticas contábeis internacionais para as atividades petrolíferas. A empresa adota o método dos Esforços Bem-Sucedidos para a atividade de exploração e avaliação. De acordo com esse método, apenas os gastos que forem bem-sucedidos são ativados, ou seja, apenas quando ocorrer a descoberta de petróleo e gás. Por outro lado, os gastos que não resultarem em descobertas tornam-se despesas no momento em que se verificar que os esforços não resultaram em produção de óleo e gás.

Diante dos resultados conclui-se que a empresa atende parcialmente a norma IFRS 6, principalmente, no que tange à divulgação de ativos mineiros. De acordo com os resultados, sugere-se melhorias na evidenciação contábil dos ativos mineiros, uma vez que representam o potencial de geração de valor para a organização. Nos relatórios de contas, a empresa não evidencia de modo detalhado ou por natureza de classificação contábil os ativos tangíveis e intangíveis relativos aos ativos mineiros. Cabe mencionar que o Diretor de Finanças reconhece a importância dos ativos mineiros para a determinação do potencial econômico e da sustentabilidade da organização. Logo, a evidenciação desses ativos em notas explicativas pode trazer benefícios para a organização, como forma de facilitar a captação de recursos ou de desenvolvimento dos negócios comerciais. Por fim, é importante ressaltar que desde o relatório de contas do ano de 2013, a empresa vem apresentando melhorias nas questões de evidenciação sobre ativos mineiros.

Como sugestões para futuras pesquisas indica-se: a continuidade da pesquisa em períodos posteriores para análise da evolução das práticas contábeis da IFRS 6; e b) a realização de estudos de casos comparativos com empresas angolanas e/ou internacionais.

REFERÊNCIAS

ABDO, H. Accounting for extractive industries: has IFRS 6 harmonised accounting practices by extractive industries? **Australian Accounting Review**, v. 26, n. 4, p. 346-359, 2016.

ANTÓNIO, B. **A importância da internacionalização das normas contabilísticas: qual o impacto, em termos de transparência da informação contabilística, provocada pela adoção das normas IFRS em Angola?** 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas Especialidade em Auditoria Contabilística Económica e Financeira), Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2014.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA - BNA. **Apresentação ao mercado do processo de adoção plena das IAS/IFRS**. 2014. Disponível em: <<http://www.bna.ao/uploads/{ee13001f-a336-478e-97ed-f423b6aabf29}.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017

BARROS, M. D. F. **Contabilidade em Angola e a harmonização contábil em nível mundial: estudo comparativo entre as normas adotadas no Brasil e Angola**. 2011. 134 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2011.

CORTESE, C. L. Politicisation of the international accounting standard setting process: evidence from the extractive industries. **Journal of New Business Ideas & Trends**, v. 11, n. 2, p. 1-57, 2013

DOMINGUES, J. C. A.; NAKAO, S. H. Previsão dos analistas e adoção dos padrões IFRS em petrolíferas mundiais. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 6 - 24, 2017.

EUROPEAN UNION -IFRS 6. **IFRS 6 - Exploration for and evaluation of mineral resources**. 2009. Disponível em:< http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ifrs6_en.pdf > Acesso em 08 Out. 2017

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statements of Financial Accounting - SFAS n. 19**, Financial accounting and reporting by oil and gas producing companies. USA, 1977. Disponível em:< www.fasb.org. > Acesso em: 21 dez. 2017.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Statements Of Financial Accounting - SFAS n. 25**, Suspension of certain accounting requirements for oil and gas producing companies. USA, 1979. Disponível em:< www.fasb.org> Acesso em: 21 dez. 2017.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, C. R. **Evidenciação contábil e as avaliações pelo fluxo de caixa descontado e pela teoria de opções**: um estudo aplicado à indústria petrolífera mundial. 2004. 284 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Contabilidade e Controladoria, Departamento de Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 2004.

JENNINGS, D. R.; FEITEN, J. B.; BROCK, H. R. **Petroleum accounting: principles, procedures & issues**. 5. ed. Texas: Pricewaterhousecoopers Llp, 2000.

JORNAL DE ANGOLA. **Reformas são irreversíveis**. Luanda, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/reformas_sao_irreversiveis>. Acesso em: 15 abr. 2017.

LAPI, E. V. **Harmonização contabilística internacional: análise da adoção das IAS/IFRS em Angola**. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Iscte Business School, Lisboa, 2015.

LARCO. **A importância do petróleo para a economia mundial**. 2017. Disponível em:< <http://www.larcopetroleo.com.br/noticias/a-importancia-do-petroleo-para-a-economia-mundial/>> Acesso em 11 abril de 2017

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS - MINFIN. **Orçamento geral do estado**. Disponível em:< <http://www.minfin.gv.ao/PortalMinfin/faces/orcamento/propostaorcamental;jsessionid=qpCm>

1w22zpx2TcP8B08NNljdxK9IG5it0RH3QihgirWEvU8LCMqE!1445996722> Acesso em 25 abril de 2017

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS - US Gaap - BR Gaap** : teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

PRADO, M. F.; FABIANO, D.; LEMES, S. A IFRS 6 no Brasil: práticas vigentes na indústria extrativista nacional. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA-USP, 2011.

RODRIGUES, A.; SILVA, C. E. **Contabilidade de petróleo e gás: USGAAP, IFRS e caso Petrobras**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, O. M.; SANTOS, A. Lobbying na regulação contábil: evidências do setor petrolífero. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 65, p.124-144, 2014.

SANTOS, O. M.; SILVA, P. D. A. Os métodos contábeis dos esforços bem sucedidos capitalização total: um estudo sob a perspectiva do value relevance. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 33, n. 2, p. 121-138, 2014.

SANTOS, O. M.; SILVA, P. D. A.; SANCOVSCHI, M. Contabilidade das empresas petrolíferas: o custo de abandono. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos - BASE**, v. 3, n. 2, p.5-14, 2006.

SANTOS, O. M.; SILVA, P. D. A.; SANTOS, A. Análise das cartas-comentários submetidas em resposta ao discussion paper extractive activities: perspectivas quanto ao futuro do IFRS 6 (CPC 34). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 26, p.23-50, maio 2015.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION – SEC/U.S. **Accounting Series Release - ASR n. 257, Requirements for Financial Accounting and Reporting Practices for Oil and Gas Producing Activities**. Disponível em:< <https://www.sec.gov>>. Acesso em 20 nov. 2017.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION – SEC/U.S. **Accounting Series Release - ASR n. 258, Oil and Gas Producers - Full Cost Accounting Practices**. Disponível em:< <https://www.sec.gov>>. Acesso em 20 nov. 2017.

SILVA, R. C. **Successful Efforts vs. Full Cost**: um estudo exploratório sobre peculiaridades da contabilidade na indústria de exploração de óleo e gás. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, C. E. V.; MARQUES, J. A. V. C. Oil & gas accounting: o estudo de caso de uma empresa de petróleo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

ZEFF, S. The evolution of the IASC into the IASB, and the challenges it faces. **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 807-837, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed Porto Alegre: Bookman, 2005.